



Dia da Terra Palestiniana ("Yawm Al-Ard")

A 30 de Março,, nas terras invadidas da Palestina, nos campos de refugiados, na emigração e, em sinal de solidariedade, um

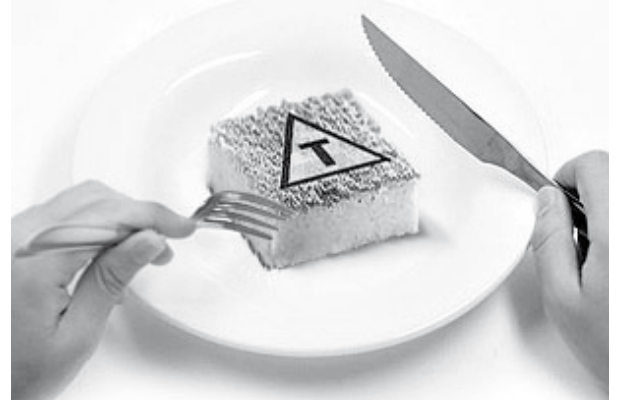
pouco por todo o mundo, os palestinianos realizam um dia de protesto e de resistência contra a criminoso ocupação sionista, comemorando o 34.º aniversário do seu "Dia da Terra".

Há trinta e quatro anos (em 30/3/1976), como resposta ao anúncio pelo governo de Israel de um plano de colonização com a confiscação de terras em território palestiniano para construir novas colónias e ampliar localidades judaicas, foi organizada uma greve geral pelo povo da Palestina. tendo lugar importantes acções de protesto e manifestações em diversas cidades. O exército de Israel, reprimiu violentamente a greve e as manifestações com tanques e artilharia pesada. O saldo do confronto foram seis jovens mortos, 96 feridos e cerca de 300 presos. Desde então, o 30 de Março, tornou-se data de comemorações e de manifestações contra o sionismo, realizadas anualmente não só por palestinianos, mas também por israelitas, caso dos Anarquistas contra o Muro e outros internacionalistas, e por cidadãos, solidários com o povo palestiniano, em todo o mundo.

Nas últimas décadas manteve-se constante a política expansionista de Israel: roubo de novas terras aos palestinianos, demolindo casas e expulsando à força os seus moradores, construção de Muros da segregação, novos colonatos, ignorando as resoluções da ONU que determinam a retirada de todos os territórios ocupados desde a "guerra dos seis dias", em 1967. Um feroz "apartheid", foi também mantido, com os sucessivos governos - ora compostos por partidos da extrema-direita e do "centro", ora constituídos pelo partido "socialista" local, com o apoio dos EUA -, prosseguindo a sua ofensiva militar. Continuam a verificar-se, diariamente, prisões de jovens palestinianos, assim como de jovens israelitas objectores de consciência, anarquistas e internacionalistas, que protestam e lutam contra a ocupação, recusando-se a lutar numa guerra injusta e assassina e ajudando na luta contra a construção do Muro, aldeia a aldeia.

Existem cerca de 11.000 prisioneiros palestinianos que Israel mantém nas condições mais humilhantes, sujeitos a tortura, muitos deles. As ofensivas actuais contra a Faixa de Gaza são a impune continuação dos massacres de Sabra e Chatila no passado. Em todos os territórios ocupados, a política de Israel visa aterrorizar a população, através de assassinatos "selectivos", bombardeamento dos acampamentos de refugiados densamente povoados, humilhação em postos de controle, toques de recolher constantes.

Hoje e sempre a nossa solidariedade e a denúncia desta intolerável situação são fundamentais, até à conquista da sua liberdade.



[U.E] Comissão aprova batata OGM

A Comissão Europeia autorizou recentemente o cultivo de batata geneticamente modificada, produzida pela empresa BASF, destinada ao uso na produção de papel ou na indústria agro-pecuária. Paralelamente, a comissão europeia permitiu a comercialização de três variedades de milho transgénico fabricadas pela empresa Monsanto (responsável por cerca de 90% da produção a nível mundial).

Esta medida constitui uma clara vitória do capital biotecnológico. Não só por constituir um passo em frente no processo de entrada de OGM nos mercados de consumo, mas por se acompanhar por um discurso complacente com os interesses de uns poucos grupos económicos. Nas palavras de John Dalli, comissário europeu para a saúde e consumo, "Depois de uma vasta e profunda análise aos pedidos existentes sobre transgénicos, tornou-se claro para mim que não existem questões científicas que exijam mais estudo. Todas as questões científicas, especialmente as relativas à segurança, foram totalmente levadas em conta". No entanto, a questão não será assim tão simples. De acordo com várias organizações ecologistas, a resistência genética da batata a determinados antibióticos implica sérios riscos para a saúde pública. Para tal, basta a sua incorporação num gene bacterico.

Entretanto, em Portugal, o ministério do ambiente iniciou uma consulta pública sobre o cultivo de uma variedade de milho transgénico, com patente da Monsanto, em Monforte (Alentejo) e Monção (Minho).

Para além de se apoiarem em resultados científicos pouco claros, empresas como a BASF ou a Monsanto representam uma ameaça para as outras formas de agricultura. Não só pela guerra declarada contra a biodiversidade, contagiando outro tipo de cultivos agrícolas, mas por serem a mais viva expressão do ataque do agro-negócio contra agricultores e consumidores. Se, num primeiro momento, o objectivo (1 e 2) é invadir os mercados com produtos menos saudáveis, mas mais baratos, e assim destronar a concorrência; num segundo momento, a sua meta consistirá na comercialização de sementes patenteadas. Para que, no final, produtores e consumidores permaneçam completamente dependentes dos seus interesses.

Barragens ameaçam Tâmega e Amarante

A barragem de Fridão é uma das 10 a construir no âmbito do Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), cinco das quais na bacia do Tâmega (quatro no Alto Tâmega e uma em Amarante). Em carta enviada a um elemento do grupo Por Amarante Sem Barragens, o presidente do Instituto da Água, Orlando Borges, admite que uma eventual ruptura da barragem de Fridão submergiria grande parte da área urbana de Amarante.

Por outro lado, e relativamente às outras quatro barragens projectadas, um especialista em geomorfologia alertou, também recentemente, para a possibilidade de as albufeiras poderem ter efeitos sísmicos. Segundo Manuel Queiroz, fundador do Movimento Cidadania para o Desenvolvimento no Tâmega, o Estudo de Impacto Ambiental das barragens não teve em conta o facto de o rio correr numa zona de “falha sismotectónica”.

A forma como estes aspectos foram minimizados no Estudo de Impacto Ambiental constituiu um dos alicerces da providência cautelar interposta no Tribunal Administrativo de Penafiel, pelo grupo cívico Por Amarante sem barragens, visando anular o período de consulta pública do referido estudo.

Estes argumentos juntam-se a muitos outros de carácter ambiental que, em 2008, pouco depois da aprovação do PNBEPH, provocaram o Manifesto Anti-Barragem, Salvar o Tâmega e a vida no Olo (rio que alimenta as Físgas de Ermelo, consideradas como as maiores quedas de água de Portugal e uma das maiores da Europa).

E motivaram o lançamento da petição, que contabiliza já cerca de três mil assinaturas, com vista à reapreciação do PNBEPH.

Segundo Rui Cortes, professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e especialista da área do ambiente, a construção de quatro barragens na bacia hidrográfica do Tâmega e de três derivações de cursos de água vão “alterar completamente” a zona envolvente ao rio e até mesmo o Parque Natural do Alvão.



Propagandeadas como factor de desenvolvimento económico, social e até ambiental, a construção das barragens em causa promete uma enorme destruição ambiental, a perda de muitas centenas de hectares de terrenos produtivos e/ou protegidos, a deterioração da qualidade da água e a perda irreversível de património cultural, acusa a Quercus, alertando que os prejuízos não justificam o acréscimo de apenas 3% de produção de electricidade previsto com as construções e que têm sido anunciados como indispensáveis, muito embora sejam conhecidas alternativas que permitiriam atingir os mesmos objectivos: reforço de barragens já existentes, eficiência energética, outras energias renováveis. (ver <http://salvarotamega.wordpress.com/>)

Mais informação em:

<http://aguaplana.blogspot.com/>

<http://www.construir.pt/2010/03/09/eventual-ruptura-na-barragem-de-fridao-submergira-amarante/>.

[Lisboa] May Day invade Colombo



Aproximadamente 30 pessoas invadiram anteontem (28 de Março) o centro comercial Colombo em Lisboa, distribuindo panfletos e gritando palavras de ordem contra a precariedade. Horas antes, alguns membros do grupo distribuíram «clandestinamente» panfletos junto dos empregados de loja. O protesto,

organizado pelo May Day Lisboa, tinha como principal objectivo denunciar a condição dos trabalhadores das grandes superfícies comerciais, aos quais é imposto uma política de baixos salários, de horários prolongados, de ritmos de trabalho repetitivos e de vínculos precários.

É importante recordar que em Dezembro do ano passado, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) chegou

a propor a «flexibilização» dos horários dos trabalhadores das grandes superfícies, prevendo então a hipótese de o período de trabalho poder ser aumentado até às 60 horas semanais. A proposta incluía igualmente uma actualização salarial de um por cento em 2009 e 2010, e a contratação a termo de novos trabalhadores. No entanto, a convocação de uma greve para o dia 24 de Dezembro levou a que a associação patronal recuasse nos seus intentos.

A acção insere-se num conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo May Day Lisboa, as quais culminarão na manifestação do 1.º de Maio, conjuntamente com a CGTP e outras associações. Organizado em Milão desde 2001 e, desde então, generalizado a várias outras cidades da Europa e do Mundo, o MayDay arrancou em Lisboa no ano de 2007, tendo no ano passado chegado também ao Porto. Enquanto forma de protesto global, o May Day propõe-se todos os anos a refundar a evocação do dia 1 de Maio, utilizando a seu favor a mesma criatividade e imaginação que alimentam o sistema produtivo. Porque a precariedade não é uma fatalidade, mas sim um processo que pode ser combatido.

O INDY-ZINE é uma publicação do colectivo CMI-Portugal. A reprodução total ou parcial das matérias aqui publicadas é permitida e recomendada, desde que seja mencionada a fonte!

Se quiseres contribuir divulgando algum acontecimento importante que não foi veiculado pela grande imprensa, envia-nos as tuas notícias. Torna-te meio de comunicação. Lê mais ou comenta, sobre estes ou outros assuntos, em:

<http://portugal.indymedia.org/>